

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século**

**XXI. Mudanças, impactos e perspectivas**

**GT 06 - Subcontratación y organización de trabajadores precarios**

**O contrato de estágio e a precarização do trabalho juvenil**

**Maya Damasceno Valeriano. Unicamp, doutoranda em Ciências Sociais**

## **O contrato de estágio e a precarização do trabalho juvenil**

**Maya Damasceno Valeriano**

### **Resumo:**

A pesquisa aqui apresentada busca analisar a condição na qual os jovens ingressam no mercado de trabalho contemporâneo, privilegiando em nossa análise o papel do trabalho de estágio de estudantes. Pretendemos avaliar se o uso intensivo do contrato de estágio passou a caracterizá-lo como uma forma de contratação de força de trabalho precarizada. Como pensar o estágio, considerando seu duplo caráter, sendo simultaneamente trabalho e formação? Ponderamos acerca da relação entre formação e qualificação para o trabalho, e procuramos ver de que maneira o estágio encarna essa relação. Ao enxergar os estagiários enquanto trabalhadores que se encontram em situação atípica quanto à proteção legal, ressalta-se em nossa análise a transformação da legislação específica sobre estágios.

## **O contrato de estágio e a precarização do trabalho juvenil**

**Maya Damasceno Valeriano**

A situação do trabalho para a juventude no Brasil vem se caracterizando desde a década de noventa pela crescente flexibilização das relações contratuais de trabalho, acompanhados por altos índices de desemprego. A heterogeneidade das formas de contratação de trabalhadores e a relação entre trabalho formal e informal são uma constante no capitalismo, atualmente apenas se intensificam e se renovam na forma. Os trabalhos externos à regulamentação cumprem uma função social importante: a exclusão pode mesmo se caracterizar como uma inclusão forçada. Os marginalizados do trabalho formal não são excluídos do mercado de trabalho, são incluídos de forma diferencial cumprindo uma função de regulação deste, forçando para baixo os salários em decorrência da competição. Assim enxergamos a condição da maior parte dos jovens que ingressam no mercado de trabalho, privilegiando em nossa análise o papel do estágio nesse cenário. Como apontam Hirata e Kergoat, há no capitalismo uma apropriação da *diferença* para transformá-la em *desigualdade*<sup>1</sup>, e a desvalorização do trabalho do jovem, desprovido de experiência profissional, encarna bem esta relação.

Esse quadro é ainda mais complexo por termos no Brasil uma desigualdade social estrutural, onde o acesso universal à educação ainda é um desafio a ser superado. Ademais, a relação entre formação e inserção no mercado de trabalho não é mecânica, e pode não encontrar mais respaldo diante das transformações da situação do trabalho no Brasil. Muitas vezes o discurso da educação como porta de saída para a instabilidade legitima políticas públicas que não favorecem a maioria da população e ainda responsabiliza o indivíduo por seu fracasso, colocando o problema do desemprego como uma questão de falta de qualificação. Porém, o discurso da “competência” oculta o fato que qualificação também é adquirida socialmente<sup>2</sup>. O estágio é largamente considerado uma etapa do processo de formação profissional, uma qualificação que facilita o ingresso no mercado de trabalho. Mas a qualificação não pode ser tomada como inerente em qualquer experiência de estágio; em muitos casos existe uma distinção entre o que é o estágio de como ele está sendo empregado. É preciso entender

---

<sup>1</sup> HIRATA, H. & KERGOAT, D. “A Divisão do Trabalho Revisitada”. In: MARUANI, M. & HIRATA, H. *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. SP, Ed. Senac, 2003.

<sup>2</sup> SEGNINI, Liliana R. P. “Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente”. In: São Paulo em Perspectiva, 14(2), 2000.

que importa nesse processo quem são esses estudantes/trabalhadores, suas origens sociais, e como essa origem está na raiz da desigualdade de sua inserção no mercado de trabalho.

Procuramos responder a questão de se o estágio tem sido desvirtuado de sua função educativa para uma forma de contratação atípica contribuindo para a precarização das relações de trabalho na contemporaneidade. Como conceituar o estágio, que encarna tanto uma atividade laboral quanto uma etapa da formação? Ressaltamos que este não se equipara estritamente a um trabalho informal posto que possui regulamentação. Porém é um contrato limitado, não partilhando de muitos direitos trabalhistas e, sobretudo, não vinculando relação de emprego. Por não ser registrada a relação de emprego, o estágio escapa aos indicadores sociais tornando difícil precisar sua importância no quadro do mercado de trabalho juvenil. Para conseguir dimensionar o papel do estágio no mercado de trabalho juvenil, é preciso analisar dados de maior abrangência. Como não há indicadores sociais específicos acerca dessa forma de contratação, procuraremos fazer um mapeamento do conjunto da demanda de força de trabalho juvenil. Buscamos assim situar o estágio dentro do contexto de emprego e desemprego no qual está estreitamente vinculada seu crescimento enquanto forma de contratação. Segundo dados do CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) os contratos de estágio perceberam um aumento de 340% entre 1994 e 2004, do qual se pode inferir um impacto sobre todo o mercado de trabalho juvenil. O fenômeno da expansão dos contratos de estágio não pode ser entendido no âmbito individual como uma escolha do estudante por este tipo de trabalho, mas dentro do contexto de ampla difusão dessa forma de contratação enquanto política de trabalho para a juventude.

Para entendimento do caráter específico do estágio, faremos um levantamento da legislação específica, desde sua primeira regulamentação na década de sessenta passando pelas alterações sofridas no processo de intensificação da contratação de estagiários. A lei do estágio tem uma função importante na delimitação da função do estágio e dos direitos garantidos aos estagiários, e sofreu inúmeras alterações através de decretos e medidas provisórias até sua recente reformulação em 2008. É importante avaliar o processo de normatização dessa forma contratação, e entender que a delimitação legal do contrato de estágio acompanha um processo concreto de relações sociais em vigência. Márcio Pochmann destaca que dentre as políticas do trabalho para a juventude verificou-se na década de noventa uma difusão de contratos especiais

fazendo com que a inserção ocupacional dos jovens com maior escolaridade ocorra por formas instáveis e precárias<sup>3</sup>.

O estágio encarna tanto uma atividade de formação quanto de trabalho, porém a forma intensiva como tem sido utilizado por empresas tem permitido enxergar este enquanto uma relação de emprego disfarçada com direitos trabalhistas reduzidos<sup>4</sup>. A questão central da precariedade do trabalho do estagiário é a legislação evasiva que determina seu caráter. Visto que não é regulamentado pela CLT e sim por legislação específica, o trabalho do estagiário potencialmente encarna uma forma legal de contratação de força de trabalho barata e sem quaisquer vínculos empregatícios. Apesar do estágio em empresas remontar à década de quarenta<sup>5</sup>, sua forma atual começa a ser moldada a partir de 1967, através da portaria ministerial nº 1002, e principalmente com a primeira lei de estágio, nº 6.494, em 1977. Esta última definia o estágio como uma “complementação do ensino e da aprendizagem”, mas em sua redação vaga sequer definia uma instância fiscalizadora. Em agosto de 1982 um decreto regulamenta a lei do estágio, delegando à instituição de ensino a responsabilidade e coordenação das “atividades de aprendizado social, profissional ou cultural”. Nesse mesmo ato jurídico, o *Termo de Compromisso* é inaugurado como instrumento legal que garante a caracterização do estágio, impossibilitando ao estagiário recorrer à justiça para reclamar direitos trabalhistas.

A regulamentação de 1982 também estabelece normas para os serviços de *agentes de integração públicos e privados* que fazem a intermediação entre empresas, instituições de ensino e estudantes. Ainda que algumas dessas instituições sejam mais antigas - como Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) criado por empresários em 1964, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), criado em 1969 pela Confederação Nacional da Indústria, e a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), da década de 70 - é apenas em 1982 que sua função intermediadora passa a ser regulada por lei. Surgem novas agências, que diferentemente das supracitadas que se caracterizam como entidades sem fins lucrativos, se apresentam como verdadeiras empresas de recursos humanos, como a Agência Brasileira de Estágio (ABRE), de maior atuação no mercado na atualidade.

---

<sup>3</sup> POCHMANN, Márcio. *Inserção Ocupacional e o Emprego dos Jovens*. São Paulo: ABET, 1998.

<sup>4</sup> <sup>4</sup> KREIN, José Dari. *Tendências Recentes das Relações de Trabalho no Brasil*. In: BALTAR; KREIN e SALAS. *Emprego e Trabalho: Brasil e México*. 2009.

<sup>5</sup> A “lei orgânica do ensino industrial”, (Decreto-lei n. 4.073) de 1942 já estabelecia a atividade de estágio, como trabalho realizado por um aluno em estabelecimento industrial.

A lei que se aplicava a estudantes universitários ou técnicos profissionalizantes se estende a estudantes do ensino médio regular através da medida provisória nº 2.164-41 de agosto de 2001. Mas o avanço maior no sentido de flexibilizar o uso do contrato de estágio por esta medida, foi o fato de desvincular o conteúdo da atividade realizada do conteúdo do currículo do estudante/trabalhador. Se o estágio é definido como uma atividade de complementação da formação do estudante, qual o sentido dessa desvinculação? No contexto de crescente desemprego juvenil em que essa medida foi promulgada, se não intencionalmente, o fato é que essa desvinculação levou à aceitação por parte de estudantes de vagas em estágios que em nada contribuiriam para sua formação.

Ainda mais recente é a nova lei do estágio, nº 11.788, que passa a vigorar a partir de 25 de setembro de 2008. A medida garante a ampliação de direitos para estagiários, tornando a remuneração compulsória, instituindo a obrigatoriedade de férias remuneradas de trinta dias e limitando a carga horária a 30 horas semanais. Não obstante a esses ganhos consideráveis ainda faz-se necessária uma análise mais profunda de suas reais consequências. Não entendemos que há uma relação mecânica entre ampliação de direitos e redução de desigualdades sociais. Manteve-se a desvinculação entre a área de formação e a atividade exercida pelo estagiário. A remuneração - via bolsa de estágio - apesar de tornar-se obrigatória, não teve um piso estabelecido, podendo ser inferior ao salário mínimo. Essa nova lei também estende o direito à contratação de estagiários a profissionais liberais ampliando a sua abrangência. E principalmente, mantém-se a não vinculação de relação de emprego, e com isso a falta de inserção do jovem trabalhador em uma relação estável de trabalho, que lhe permita construir planos para o futuro.

À guisa de conclusão, lembramos as consequências de tal quadro de incertezas com o qual se depara o jovem em sua passagem ao mundo do trabalho. O prolongamento da vida estudantil como estratégia de fuga à realidade do desemprego tem sido uma realidade presente. As consequências pessoais para esse estudante, ante o adiamento de sua possibilidade de emancipação, tem apontado para um mal-estar mundano por encontrarem-se socialmente “fora do jogo”. Segundo Bourdieu, a ampliação do acesso ao ensino não significa a correlata ampliação ao acesso a empregos de maior qualificação, e essa mudança denota que não apenas se inflacionou o mercado, mas que este mudou qualitativamente. Diante de tais transformações “a defasagem entre as aspirações que o sistema escolar favorece, (...) e as oportunidades que ele realmente

garante está na origem da decepção e da recusa coletiva que podem ser contrapostas à adesão coletiva”<sup>6</sup>. É o mesmo processo de desfiliação como descrito por Castel, que não é ausência de vínculos, mas “ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido”<sup>7</sup>. Essa transformação pode significar uma desestabilização dos modos de vida. Ao se alterar a estratégia para entrada no mercado de trabalho por parte desses jovens, muda também, por consequência, suas trajetórias pessoais de escolaridade, residência e relação familiar.

## BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 117.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, Vozes, 1999.

HIRATA, H. & KERGOAT, D. “A Divisão do Trabalho Revisitada”. In: MARUANI, M. & HIRATA, H. *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho*. SP, Ed. Senac, 2003.

KREIN, José Dari. Tendências Recentes das Relações de Trabalho no Brasil. In: BALTAR; KREIN e SALAS. *Emprego e Trabalho: Brasil e México*. 2009.

POCHMANN, Márcio. *Inserção Ocupacional e o Emprego dos Jovens*. São Paulo: ABET, 1998.

SEGNINI, Liliana R. P. “Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 14(2), 2000.

---

<sup>6</sup> BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 117.

<sup>7</sup> CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, Vozes, 1999. P. 536